



ISRAEL

Suprema Corte impõe revés a Netanyahu

Por oito votos a sete, juízes derrubam ponto-chave de controversa reforma que tirava do Judiciário o direito de decidir sobre a “razoabilidade” das decisões do Executivo e do Legislativo. Governo reage e considera veredito inoportuno, em meio à guerra

O ano começou mal para o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, que encanou uma severa derrota na Suprema Corte do país, ontem, em plena guerra contra o Hamas na Faixa de Gaza. Por oito votos a sete, os juízes derubaram um dispositivo-chave da polêmica reforma judicial, que levou milhões de israelenses às ruas para protestar e que foi impulsionada nos primeiros dias de 2023, logo que o premiê retornou ao poder para seu sexto mandato.

A medida invalidada tinha como objetivo privar o Poder Judiciário do direito de decidir sobre a “razoabilidade” das decisões do governo ou do Knesset, o Parlamento de Israel. O tribunal estabeleceu que tem a autoridade de invalidar uma lei fundamental “nos raros e excepcionais casos em que o Parlamento excede a sua autoridade”.

Israel não tem uma Constituição, nem o equivalente a uma Câmara Alta do Parlamento, e a doutrina da “razoabilidade” tem sido utilizada precisamente para que os juízes possam determinar se um governo excede as suas prerrogativas.

Usurpação de poderes

A decisão foi criticada pelo gabinete de Netanyahu e também pelo partido dele, o Likud. O ministro da Justiça, Yariv Levin, acusou o tribunal de pretender assumir todos os papéis, em desprezo ao Executivo e ao Legislativo. “Os juízes tomam para si todos os poderes, que em um sistema democrático são distribuídos de forma equilibrada entre os Três Poderes”, escreveu Levin, artífice da reforma, no Telegram.

Considerado o número dois do governo nacionalista de Netanyahu, Yariv Levin condenou ainda o momento da decisão, tomada em meio ao conflito com o Hamas, “o que atenta contra a

unidade necessária nesses dias para o êxito de nossos combatentes no front”.

O Likud também considerou o momento inoportuno. “Lamentável que a Suprema Corte tenha decidido publicar seu veredito sobre um debate social em Israel no momento em que soldados de direita e esquerda estão em combate e arriscando suas vidas em Gaza”, externou a legenda de Netanyahu.

Por sua vez, líder da oposição e ex-primeiro-ministro, Yair Lapid, celebrou a manifestação da instância máxima do Judiciário. Para ele, a corte cumpriu “fielmente a sua função de proteger os cidadãos de Israel”. “A decisão põe fim a um difícil ano de conflitos que nos rasgaram por dentro e causaram a pior catástrofe da nossa história”, postou Lapid na rede social X, referindo-se ao ataque de 7 de outubro.

Apresentada em 4 de janeiro passado, seis dias após a posse de Netanyahu para seu sexto mandato, a reforma judicial desencadeou um amplo movimento de protesto interno e despertou a preocupação da comunidade internacional, inclusive em aliados de Israel. Desde quando foi formalizada, em 4 de janeiro passado, dezenas de milhares de pessoas passaram a se mobilizar quase todos os sábados em muitas cidades do país, incluindo Tel Aviv.

Segundo o governo de coalizão — que reúne partidos de direita, extrema direita e religiosos ultraortodoxos —, a reforma busca corrigir um suposto desequilíbrio ao reforçar o poder dos parlamentares sobre o dos magistrados.

Não é o que pensam os adversários do governo, considerado o mais à direita da história de Israel. Eles lembram que Netanyahu é réu por corrupção e está empenhado na reforma para proveito próprio. O interesse real seria para suavizar uma eventual condenação, o que o premiê nega.

AFF



Soldado israelense reza no Muro das Lamentações, em Jerusalém, no primeiro dia de 2024: nova fase do conflito na Faixa de Gaza

Redução de tropas em Gaza

Três meses após o início da guerra deflagrada contra o movimento islamista Hamas, desencadeada por um ataque lançado pelos extremistas palestinos, Israel decidiu retirar parte das tropas mobilizadas na Faixa de Gaza. Vista por analistas como um grande recuo, a nova fase do conflito tem como objetivo, segundo as forças israelenses, preparar os militares para “combates prolongados”.

“O Exército deve se planejar com antecedência, pois seremos solicitados a realizar tarefas e combates adicionais ao longo deste ano”, declarou o porta-voz, Daniel Hagari. Em discurso às vésperas da virada do ano, o primeiro-ministro Benjamin

Netanyahu — que vem sendo pressionado até por aliados a atenuar a ferocidade dos ataques a Gaza — afirmou que a guerra vai durar ainda “vários meses”.

Economia

Hagari admitiu que, além dos preparativos de uma nova etapa da operação em Gaza, a volta de reservistas à vida civil também é motivada pelo anseio de incrementar a economia de Israel, severamente prejudicada pela guerra. “É claro para nós que o impacto adverso é substancial”, disse Amir Yaron, governador do Banco de Israel, numa conferência de imprensa. “Os custos de defesa e civis da

guerra totalizam cerca de 210 bilhões de shekels (em torno de R\$ 284,2 bilhões).

Segundo informações do Hamas, ontem, o primeiro dia de 2024, o número de mortos nos ataques israelitas atingiu 21.978 pessoas, a maioria mulheres e crianças, com 57.697 feridos. Estima-se que milhares estejam soterrados sob os escombros de prédios bombardeados.

Na véspera de ano-novo, um correspondente da agência France Presse relatou disparos de artilharia e ataques aéreos nas cidades de Rafah e Khan Yunis, no sul de Gaza. Pelo menos 24 pessoas foram mortas nessas ofensivas, de acordo com o Ministério da Saúde do Hamas, que

também comunicou que 15 corpos de uma mesma família foram retirados sob ruínas de uma casa em Jabaliya, norte do enclave palestino. “Todo dia é como o anterior: bombardeios, morte e massacres”, lamentou Sami Hamouda, um homem de 64 anos.

Em Israel, sirenes de ataque aéreo soaram ontem. Jornalistas da AFP em Tel Aviv testemunharam sistemas de defesa israelenses interceptando foguetes no céu. As Brigadas Ezzedin al Qasam, braço armado do Hamas, assumiram a responsabilidade pela ofensiva com foguetes M90, realizado em “resposta ao massacre de civis”. O Exército israelense confirmou a ação sem relatar quaisquer vítimas ou danos.

ÁSIA

Violentos tremores sacodem o Japão

A região central do Japão foi atingida por uma sequência de violentos terremotos, que provocaram pelo menos seis mortes e deixaram um rastro de destruição, com importantes danos e 150 mil desabrigados. O primeiro tremor, de magnitude 7,6, abalou a província de Ishikawa, localizada às margens do Mar do Japão, na principal ilha de Honshu, às 16h10 locais (4h10 no horário de Brasília). Ao todo, mais de 50 sismos de magnitude 3,2 ou mais atingiram a península de Noto em quatro horas.

Um alerta de tsunami foi dado. A Agência Meteorológica japonesa (JMA) avaliou que as ondas que poderiam chegar aos cinco metros, mas posteriormente revisou para baixo. O Centro de Alerta de Tsunamis do Pacífico, com sede no Havaí, também informou algumas horas depois que o risco havia passado. “A ameaça de tsunami passou,

em grande medida”, declarou a agência americana.

Ondas de 1,2 metro de altura atingiram o porto de Wajima, na península de Noto, às 16h21. Outras regiões também foram afetadas, levando a população a fugir para terrenos mais altos. Além do Japão, Rússia, Coreia do Norte e Coreia do Sul emitiram alertas.

Para tranquilizar a população, o governo logo informou que não foram detectadas consequências nas usinas nucleares do país. O ministro da Defesa, Minoru Kihara, destacou mil militares para as províncias atingidas — outros 8.500 foram mobilizados. As autoridades também usaram 20 aviões militares para avaliar os danos. O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ofereceu “toda a ajuda necessária ao povo japonês”.

Em Ishikawa e nas vizinhas Toyama e Niigata cerca de 33,5 mil residências ficaram sem

Yomiuri Shimbun



Carros parados perto de rachaduras causadas por terremoto em rua de Wajima: pelo menos seis mortos

eletricidade. Muitas casas desmoronaram na cidade de Suzu. Imagens na televisão mostraram também um grande incêndio que devastou vários edifícios em Wajima. De modo geral, as construções antigas, que costumam ser de madeira,

foram as mais afetadas.

A autoridade de transporte fechou as rodovias nas zonas próximas do epicentro e a Japan Railways anunciou o cancelamento das viagens de trens de alta velocidade entre Tóquio e a Prefeitura de Ishikawa.

Vulnerabilidade

Situado no chamado “cinturão de fogo” do Pacífico, o Japão é um dos países do mundo onde os terremotos são mais frequentes. As normas de construção são rigorosas, os edifícios costumam

resistir a fortes abalos e os habitantes estão acostumados a essas situações.

No entanto, persiste entre os japoneses a traumática lembrança do terrível terremoto de magnitude 9,0 seguido de um gigantesco tsunami que deixou cerca de 20 mil mortos e desaparecidos em 2011.

A catástrofe culminou com o acidente nuclear de Fukushima, o pior registrado no mundo desde o de Chernobyl em 1986. O tsunami causou o derretimento de três reatores da usina nuclear japonesa.

Passados 12 anos, as consequências da tragédia em Fukushima ainda são sentidas. No mês passado, um trabalhador da usina nuclear apresentou um nível elevado de radiação em seu nariz, lembrando os riscos envolvidos na limpeza da instalação, operação que deve levar décadas.

Materiais radioativos podem ter caído no rosto do trabalhador quando ele retirou a máscara após concluir seu trabalho, de acordo com investigação da operadora Tokyo Electric Power (Tepco). Foi o segundo incidente desse tipo em menos três meses.